

Eu Como (I)migrante: O Espaço de Múltiplos Lugares

A literatura em movimentos migratórios distingue-se, a grosso modo, em escritos teóricos (Cf. Póvoa Neto & Ferreira (org.) 2005; Reis & Sales (org.) 1999; Barros 2013, para citar alguns) e relatórios de experiências (i)migrantes (Cf. Menezes & CEM 2009; Rezende 2009, para citar alguns). Em muitos casos, as experiências são relatadas pelos (i)migrantes e analisadas por especialistas da área; poucos são os escritos feitos e analisados por (i)migrantes, o que, em sua maioria, não pertencem ao mundo acadêmico (Cf. Salih 2004; Alvarez 2009, para citar alguns).

O caminho por nós escolhido para destrinchar a complexidade do tópico proposto divide-se em dois capítulos, como mencionado acima. Segundo nossa análise, o primeiro capítulo será dedicado exclusivamente ao relato de um (i)migrante – o próprio autor – que contará sua experiência com o máximo de detalhes possível. O relato descreverá desde os primeiros momentos até o retorno ao Brasil em 2006; a relevância deste depoimento se dá por um grupo de fatores: (1) o autor foi, ele próprio, (i)migrante nos Estados Unidos, entre 2003 e 2006; (2) o autor se sentiu tocado, durante a sua experiência, em compreender mais detalhadamente o movimento migratório; (3) o autor já tinha iniciado seus estudos de Graduação em Geografia antes da partida para os Estados Unidos – portanto, já tinha conhecimentos técnico-científicos parcialmente construídos, que permitiram que a sua visão do processo fosse diferenciada; (4) durante a experiência migratória, o autor conviveu com demais (i)migrantes, buscando entender suas histórias e seus pontos de vista sobre o movimento. Acredita-se, portanto, ter justificado a diferenciação deste trabalho e da experiência do autor/(i)migrante como uma situação única.

A continuação deste processo de análise se dará sobre a reflexão dos elementos teóricos, de acordo com as suas correntes filosóficas principais: a corrente neoliberal, a corrente lógico-estrutural, a corrente da mobilidade do

trabalho e a corrente fenomenológica, a seguir. Uma forma de trabalhar com essas correntes será a relação delas com a história de vida narrada adiante. Reconhece-se que o estudo das teorias migratórias pode cair em uma grande defasagem em relação às demais teorias sociais já que o seu relacionamento com a empiria gera algumas críticas — existem metodologias que se aplicam muito bem na análise em macroescala, mas que encontram barreiras no cotidiano do (i)migrante, e vice-versa (Halfacree & Boyle 1993). O que diferencia um relato feito por um acadêmico é a sua riqueza em detalhes que respondem a muitos questionamentos em um único relato; a visão do migrante, que por conta da sua natureza acadêmica conhece e reconhece o papel de determinados eventos na sua assimilação/colocação no espaço gera uma descrição um tanto mais rica do processo migratório, por ter sido ele mesmo o laboratório dos experimentos teóricos.

Ao mesmo tempo, tal complexidade vivida pelo pesquisador só é válida se for realmente reproduzível, observável em outros relatos. Cabe ao autor-narrador, que também é o (i)migrante, observar os pontos gerais de sua experiência em confronto com outras histórias, a fim de reconhecer os pontos que em sua experiência foram únicos, e outros elementos visíveis no contexto geral e, portanto, inerente ao processo migratório.

A técnica utilizada na reprodução dessa narrativa baseia-se na proposta usada por Menezes (op. cit.), na qual a autora descreve o objetivo das histórias de vida: “[esta técnica] *permitiria que aflorassem fatos, percepções, avaliações, perspectivas de vida, visões de mundo, opções do migrante*” (p. 167). Ao dar voz ao migrante, os pesquisadores do CEM conseguiam captar mais da narrativa do que se tivessem fornecido questionários aos que lá chegavam. Ainda assim, pesquisadores e agentes pastorais tinham um roteiro, composto por perguntas básicas e abertas, que se dividiam em:

- Dados pessoais;
- Local de nascimento e etapas migratórias;
- Situação de trabalho, família, moradia e outros aspectos da vida cotidiana;
- Inclusão dos sentimentos, das angústias e das alegrias durante as etapas migratórias;
- Participação na vida social para além do ambiente laboral; e

- Perspectivas de vida.

Continuando a explicação da técnica, a autora salienta que o roteiro não é fixo, tampouco final. Os entrevistadores deveriam buscar o máximo de informação possível sem interferir na narrativa pessoal do migrante, cabendo ao roteiro ser um organizador das informações coletadas. No trabalho final, Menezes não alterou as narrativas, mas em alguns casos, reorganizou as informações disponibilizadas.

Em nossa narrativa, a história de vida foi escrita, diretamente neste trabalho, sem a intervenção de outro sujeito na coleta das informações. Não houve alteração, mudança ou adaptação do material escrito. O autor-narrador disponibilizou-se em horas de redação somente desse elemento, não se envolvendo com qualquer outra parte desta pesquisa no momento dessa escrita – isolando-se do restante da pesquisa na tentativa de redigir ao máximo, com o máximo de detalhamento cabível, sua história de vida. A análise do depoimento dar-se-á após a narrativa, nesse e nos demais capítulos, a seguir.

Como o presente relato é pessoal, direto do autor, usar-se-á a primeira pessoa do singular. A presente narrativa não pretende ser final, cabendo ao leitor indagar o autor-narrador por possíveis detalhes que não foram contemplados nesta descrição. Do ponto de vista do autor-narrador, os fatos aqui relatados, ainda que não diretamente relacionados à experiência vivida nos EUA entre 2003 e 2006 são importantes para entender a narrativa. A narrativa começa no subitem 2.1, abaixo.

2.1

Origem: A Vontade de (I)migrar

Sou filho de L. e Z.; ele, economista e bancário, funcionário do Banco do Brasil, e ela, formada em administração, mas que a carreira para cuidar dos filhos e da casa. Tenho dois irmãos: L., um ano e meio mais novo do que eu, e M., dois anos e meio mais nova do que eu. Nossa família é de Niterói, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de não ser da capital, nosso estilo de vida era parecido com o de pessoas que vivem na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Nunca soube exatamente o quanto meu pai ganhava, mas apesar de não termos tido um carro do ano, meu pai conseguiu comprar um bom terreno em um

condomínio residencial, no bairro de Pendotiba. Eu tinha uns 10 anos quando as obras começaram. A empreiteira faliu e meu pai perdeu muito dinheiro na construção da casa, que só terminou uns quatro anos depois.

De Icarai, bairro muito edificado, para Pendotiba, foi uma mudança considerável para a nossa família. Enquanto no primeiro bairro nossa vida era resumida a escola-casa, com acesso fácil a qualquer tipo de comércio, em Pendotiba essa mobilidade era muito mais difícil. Em compensação, por estarmos em um condomínio fechado, com segurança, era fácil ficar por entre as ruas internas sem muita preocupação. E foi neste condomínio que, aos poucos, tive vontade de um dia ir morar fora do Brasil.

Dos meus amigos de infância, nesse condomínio, três já haviam tido a experiência de morar nos EUA. Anos depois, mais um da “turma” ficou seis meses na Carolina do Norte em um intercâmbio escolar; outros dois foram para a Alemanha. Tínhamos, como modelo para a nossa juventude, a música grunge de Seattle; assistíamos às partidas da NFL e do NBA; todos, com exceção de dois meninos, estávamos estudando inglês e, volta e meia, havia um que queria demonstrar os seus dotes linguísticos; íamos a festas e, às vezes, um se fingia de gringo – para zombar de alguém e para tentar impressionar alguma menina. Nesse ambiente, eu também queria estar mais próximo dos EUA: jogava baseball e futebol americano, pedi e ganhei uma mountain bike, conhecia melhor a escalação do Chicago Bulls do que a do Flamengo. Eu era o baixista da nossa banda de rock. Cantávamos só em inglês, fazendo covers de bandas americanas, australianas e inglesas. Nossa banda tinha nome em inglês: Jelly Roll. Em português, nós seríamos o “rocambole de geleia”, o que não tem graça alguma. Mas tudo isso era, ao mesmo tempo, próximo e distante de mim e da minha família, principalmente da capacidade financeira do meu pai em prover tudo o que eu (e meus irmãos) queríamos.

Se viver na realidade fantasiosa do condomínio foi bom para mim, por outro lado, impactou diretamente o controle das finanças de nossa família. O valor do empréstimo da casa era alto demais para a renda que tínhamos, e em um processo de rolagem de dívidas meu pai se viu obrigado a vender a casa.

Com o dinheiro da venda da casa, quitou-se grande parte das dívidas que tínhamos. Só não ficou tudo zerado porque meu pai resolveu que tínhamos que ter

algo que nos gerasse uma renda e, com parte do dinheiro, ele comprou uma cantina dentro de uma universidade no Centro do Rio de Janeiro.

Aquela mudança significativa, de residência e de atividade laboral, fez com que a nossa família se centrasse na construção de futuros mais sólidos. Eu já havia ingressado no curso de Licenciatura em Geografia, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Era meu desejo ser professor de Geografia. Ao mesmo tempo, era meu desejo também conhecer o mundo, viajar, viver fora. No cotidiano da cantina, entre esse emprego e as aulas na faculdade, assumi pequenas responsabilidades ajudando meus pais na administração do negócio.

Uma dessas responsabilidades era acompanhá-los nas compras dos suprimentos da cantina: supermercados, atacadões, grandes centros de compras. A ideia é que eu seria o “carregador” dos tantos produtos que revendíamos. Numa dessas compras, fomos para São Gonçalo, município vizinho de Niterói. Meu pai e eu buscávamos por alguns produtos, quando me encontrei com um religioso, conhecido meu, do colégio onde estudara, do 6º Ano do Ensino Fundamental à última série do Ensino Médio. O Irmão P. se aproximou de mim com um sorriso, dizendo que estava procurando ex-alunos para divulgar um curso que surgira no colégio.

Ele tinha um folheto, que peguei para ler com mais calma depois e discutir com os meus pais. No folheto, abria-se a oportunidade de um curso de capacitação de pessoal para trabalhar em navios de cruzeiros, organizado por um padre italiano que iria ficar hospedado no colégio pelos próximos 4 meses. O curso era gratuito; o padre era capelão de uma companhia de cruzeiros italiana; havia possibilidades reais de contratação pela empresa após o término do curso.

Poucos dias após esse encontro, meus irmãos acharam um anúncio de uma empresa que buscava jovens, com Ensino Médio completo e algum conhecimento de inglês, para trabalhar em resorts e parques temáticos nos EUA por 9 meses. Eles levaram a revista com a propaganda para o meu pai e pediram para saber mais informações e se interessaram muito em ir.

Eu também gostei mais da segunda opção do que da primeira. Queria mais ir para os Estados Unidos do que para um navio (eu ainda não sabia o itinerário); eu não ia precisar passar por curso algum; meu nível de inglês era bem alto, melhor do que o dos meus irmãos naquele momento. No entanto, depois de muito pensar, meu pai decidiu que a oportunidade de ir para os EUA era mais oportuna

para os meus irmãos, principalmente porque eu estava no meio de um semestre letivo da faculdade. Este foi o motivo mais relevante pelo qual eu não poderia ir para os EUA naquele momento. Por outro lado, com a primeira opção, a do navio, eu iria passar por treinamento e isso demonstraria meu real interesse em participar desse tipo de programa. Inclui-se aí o fato de o trabalho no navio ser, por contrato, de 8 meses com possibilidade de se acrescentar mais 1 mês (isso resumia-se a: a partir do 7º mês, a companhia de navegação poderia nos dispensar, mas poderíamos ficar embarcados até completarmos 9 meses). Tendo tido uma greve na universidade naquele ano, achei que o período de embarque coincidiria com o calendário acadêmico; decidi trancar um semestre e voltar no início do semestre seguinte. Como as inscrições eram online, se eu ainda estivesse embarcado, eu faria as inscrições pela Internet e, na volta, explicaria minha situação para os professores... torcendo para que eles pudessem entender minha ausência nos primeiros dias/semanas.

2.2

A Primeira Experiência: O Navio de Cruzeiros Europeu

No dia 12 de dezembro de 2002, fomos para Búzios. Nosso embarque foi feito num dia de tempestade, através de botes salva-vidas. Eu deveria ter previsto que aquilo era um sinal.

Passamos os primeiros meses na costa do Brasil. O itinerário era cíclico: Rio de Janeiro – Porto Seguro – Salvador – Búzios – Rio de Janeiro. Passamos uma vez por tempestades sérias na costa do estado do Rio de Janeiro, na altura de Campos dos Goytacazes. Ondas de 5, 10 metros, eu acho. Eu só sei que do restaurante, no quinto deck, dava para ver as ondas batendo nas janelas blindadas.

No navio, passei 9 meses. Eu era busboy, ou como se diz no Brasil, ajudante de garçom. Aprendi muita coisa que levo para a minha vida até hoje. O Maître, que mais parecia ter saído de um filme de gângsteres, era quase sarcástico. Pior que ele, só o auxiliar dele. Esse tinha cara de ter sido agente da polícia facista de Mussolini ou algo do gênero. Se o Maître era sádico, o Assistente era o demônio em pessoa. Além de entender que nem todo chefe é chefe por merecimento, mas por

política, aprendi a hora de chegar para um compromisso: “Em um navio de cruzeiros, chegar na hora é chegar 15 minutos antes. Se chegar na hora que começa o serviço, você está 15 minutos atrasado”. Atenção a detalhes também era algo importante. Erros no serviço eram punidos com serviço extra, à tarde, no chá da tarde. Esse serviço da tarde matava qualquer um, porque geralmente acordávamos às 4 da manhã, trabalhando direto até a 1 da tarde; o retorno ao serviço era às 6 da noite até aproximadamente meia-noite, quando íamos nos recolher.

O serviço não era só estafante, mas era pesado. Carregávamos bandejas cheias, com até 12 pratos. Cada prato era coberto por um campanário de metal, para manter a temperatura do alimento até a hora do seu consumo. Uma bandeja cheia pesava 40 quilos. A distância percorrida entre a estação do restaurante e a cozinha era de uns 150 metros, talvez. Multiplique essa distância por dois, depois pelo número de pratos (entrada, primeiro prato, prato principal e sobremesa), e depois pelo número de seções (havia uns 450 lugares, para 900 passageiros, então se estivéssemos com lotação esgotada, fazíamos duas sessões a cada grande refeição). Nessa lida, em 9 meses, perdi aproximadamente 45 quilos, alguns pares de sapato e a capacidade de sentir o cheiro de vinagre sem enjoar.

No curso, o padre capelão dissera “se o aço do navio entrar no sangue de vocês, vocês nunca mais irão largar o serviço de marinheiro”. O aço, felizmente, não se fez em minhas veias. Eu torcia para ser desembarcado assim que completassem os 7 meses. Eu até poderia pedir para sair, mas isso significava que eu teria que pagar a minha passagem aérea de volta. Depois de 5 meses na costa do Brasil, o navio cruzou o Atlântico e fizemos a costa africana até o Mediterrâneo. Nosso porto principal se tornou Gênova. Nossa nova rota cíclica era Gênova – Nápoles – Malta – Tunísia – Ibiza – St. Tropez – Gênova. Diferentemente do Brasil, às vezes, tínhamos outros roteiros, mas só ficávamos sabendo na véspera. E também, às vezes, tínhamos um intervalo bem maior à tarde, pois o almoço era mais cedo e o jantar mais tarde. Em alguns portos, não servíamos almoço, já que 100% dos passageiros confirmavam que iriam a terra. Nisso, a Europa se tornou bem interessante, porque tínhamos tempo de sair, conhecer alguns lugares. Infelizmente não conheci Túnis porque, toda vez que estávamos lá, o comandante, com medo que nos perdêssemos pela cidade, agendava treinamento anti-incêndio

e anti-colisão durante todo o período que estávamos atracados no porto. De resto, foi possível conhecer um pouquinho da Europa.

Quando chegávamos a St. Tropez, saía a lista dos que iriam ser desembarcados no porto seguinte. Como disse, saí somente na última listagem. Meu voo, junto com outros três colegas era Gênova – Paris – Rio, sendo que o intervalo entre os voos de Gênova e Paris era de mais de 8 horas, o que nos forçava a passar a noite na Cidade-Luz.

Cheguei ao Rio de Janeiro em agosto de 2003. Após as recepções de boas-vindas, na semana seguinte, eu já estava na empresa que levaria meus irmãos para os Estados Unidos. O aço do navio não entrara no meu sangue, mas como se diz em inglês, “I was bitten by the travel bug¹”. Semanas antes de chegar, eu já havia combinado com os meus pais que eu queria ir para os EUA. Eles orçaram os gastos desta minha ida e, depois da reunião na empresa, eu já estava com tudo quase pronto para a minha segunda tentativa. Eu só tinha que me decidir entre Phoenix ou Palm Springs.

2.3

A Segunda Experiência: O Hotel no Deserto

A minha ida para os EUA significava, entre várias coisas, que eu abandonava o curso de Geografia e o meu sonho de ser professor. Isso também significava que eu iria para os EUA, mas não para ficar com (ou próximo) dos meus irmãos. Eles moram até hoje na Costa Leste; eu estava indo para a Costa Oeste. Entre Phoenix, a capital de um estado pouco importante e Palm Springs, uma cidadezinha no interior do poderoso estado da Califórnia. Decidi que estar numa capital me daria muito mais chances de permanecer nos EUA. O meu colega de cabine no navio resolveu que ir para os EUA também era uma boa opção para ele. Sendo assim, ainda que eu não estivesse com meus irmãos próximo de mim, uma pessoa conhecida estaria dividindo a mesma experiência.

¹ Ditado popular, sem origem definida. Quer dizer, literalmente, “eu fui mordido pelo mosquito das viagens”. Este ditado se refere à pessoa que gosta e quer muito viajar o tempo todo.

A companhia com a qual eu negocieei minha ida aqui no Brasil tinha como propaganda o uso da experiência pessoal e profissional como motivadores para atrair jovens para os EUA. Em seus folhetos, nos discursos dos palestrantes, na forma de lidar com toda a experiência, nunca priorizavam o processo laboral, as condições de trabalho e sobrevivência, custo de vida e coisas do gênero. Tudo foi sempre posto como uma experiência “única”, de viver e trabalhar nos EUA de forma segura e “instrutiva”.

Fui entrevistado pela chefe do departamento de Recursos Humanos de um grande hotel, localizado em Phoenix. Meu nível de inglês foi considerado alto, mas não fluente. Ela disse que, se eu quisesse, ela teria uma posição para mim de “Back Aisle Assistant”. Eu não tinha a mínima ideia do que isso significava, mas para mim parecia interessante. Eu seria responsável por dar suporte a todas as atividades dentro dos salões de convenção e, sendo assim, teria que me comunicar com todos os setores do hotel, se necessário.

Mal sabia eu que, ainda que tenham dito que aquela entrevista com a representante do hotel era eliminatória, logo após a nossa conversa, eu e os demais entrevistados já tínhamos nossos nomes inscritos no pedido do hotel para a INS². Somente um mês após a entrevista é que recebemos o último OK da empresa. Uma semana antes do embarque, recebemos cópias dos documentos da INS com nossos nomes inscritos no programa de trabalho do hotel. Com esse documento, tínhamos direito ao visto H2B (Home to Business), o que significava que estávamos atrelados à presença no hotel e impedidos de viajar por mais de 3 dias sem notificar o Departamento de Recursos Humanos (regras dadas pelo hotel); caso contrário, o hotel denunciaria qualquer um para o USCIS/ICE³ por abandono de posto de trabalho. Ao mesmo tempo, ficamos sabendo que teríamos salários entre US\$ 8,50 e US\$12,50 por hora, dependendo do posto de trabalho. O local para residir era certo: o hotel tinha um convênio com um pequeno condomínio nas proximidades, onde ficaríamos em apartamentos completamente mobiliados e o valor do aluguel seria debitado diretamente do nosso contracheque (em nenhum momento negociamos esse valor, nem foi dada a opção de escolha por outra moradia). Não

² Immigration and Naturalization Services (Serviços de Imigração e Naturalização dos EUA)

³ United States Citizenship and Immigration Service/Immigration and Customs Enforcement, ou Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos/Serviço de Execução de Ordens Aduaneiras e Imigratórias (trad. livre)

havia nenhum plano de saúde, mas foi-nos dito que no hotel havia um posto de saúde que poderia ser usado pelos funcionários caso necessário (depois de 9 meses trabalhando no hotel, nunca encontrei este tal posto de saúde). Da residência para o hotel, tínhamos duas formas de locomoção: transporte público, com uma linha regular entre os dois pontos (mas que só circulava entre 6h30 e 23h) ou uma van, alugada pelo hotel e emprestada para o grupo de imigrantes que morava na residência, para transportar o pessoal que saía depois das 23h e/ou que entrava antes das 6h30. Quem ficou responsável pelo uso dessa van foi um outro brasileiro, de São Paulo, que tinha carteira de motorista americana e, portanto, tinha como assumir tal responsabilidade.

No dia 02 de outubro de 2003, embarcamos no voo para São Paulo. De lá, seguimos para Houston, no Texas, onde passamos pela imigração. Um dos nossos companheiros passou por um pequeno desconforto: ele já tinha vivido ilegalmente nos EUA antes de 2001 e agora estava voltando. Fizeram-lhe mil perguntas, mas por fim deixaram-no passar. Dali, voamos mais 5 horas até o Phoenix Sky Harbor, chegando lá um dia após a saída.

Apreendi, depois, que nenhum imigrante esquece o dia da sua chegada. Lembro-me perfeitamente de todos os passos daquele dia. Chegamos ao condomínio arrumado pelo hotel – Saddleback Apartments, no cruzamento da Tatum Boulevard com a Bell Road. A gerência do hotel nos forneceu alguns tickets de desconto no mercado próximo, do outro lado da rua. Fomos divididos nos nossos apartamentos. O meu companheiro de navio, E., ficou comigo, junto com mais duas pessoas. E. foi designado para trabalhar de garçon no spa do hotel, meus outros dois companheiros foram o M., que trabalharia na organização de eventos, no turno da madrugada, e o outro foi o R., chef de cozinha, designado para ficar na cozinha principal do hotel, no setor de banquetes e dos salões de convenção. Fomos instruídos a ir ao escritório mais próximo do Social Security, a fim de adquirir nosso número para inscrição no imposto de renda. Esse escritório ficava a um quarteirão da residência. De forma mais simplificada, ficar no Saddleback era uma boa opção: perto dali, havia dois supermercados (Fry's e Walmart), três bancos (Bank One, Bank of America e Washington Mutual), vários restaurantes (alguns fastfoods, como McDonald's, Arby's e Wendy's), um típico sports bar americano (Copper's), várias outras empresas e pequenos negócios – tudo isso facilitava o fato de conseguirmos viver o dia-a-dia bem próximos de casa,

sem precisar de carro ou de transporte público para ir de um ponto A para um ponto B.

Na chegada, descobrimos também que não seríamos os únicos no programa. Da empresa que contactei no Rio de Janeiro, saíram 15 pessoas. Chegando a Saddleback, fomos apresentados aos demais 20 outros brasileiros, vindos através do mesmo programa, mas de uma outra agência de intercâmbio de São Paulo. Os 35 brasileiros eram só metade dos estrangeiros que iriam trabalhar no hotel naquela temporada. No Saddleback, havia também uns 70 jamaicanos, que, depois ficamos sabendo, todo ano voltavam para trabalhar no hotel (aquela já era a quinta ou sexta temporada para alguns deles). Alguns europeus também estavam por lá: irlandeses (uns 10), alemães (uns 5), húngaros (4 pessoas), búlgaros (uns 5). Com exceção dos irlandeses, os demais estavam em casas alugadas pelo hotel para a estada deles. Se não me engano, os búlgaros foram alocados em um conjunto de apartamentos de mexicanos/chicanos, mais distante do hotel.

Outras coisas eram diferentes entre nós e os europeus: a maioria estava em cargos de chefia média, em contratos de trabalho mais extensos e com salários maiores do que os nossos. Na primeira reunião no hotel, o valor de salário prometido não seria cumprido: eu receberia US\$ 7,40 por hora; E., como garçon, receberia US\$ 2,15 por hora, mais gorjetas. Depois da primeira quinzena, eu percebi que se eu trabalhasse menos de 30 horas por semana, eu não receberia nada, já que o valor do aluguel era descontado diretamente na folha. E. quase entrou em parafuso: o contracheque dele vinha negativo. Ele recebeu uma mensagem dos recursos humanos para dar uma passada lá para acertar o aluguel. A proposta foi que ele devesse separar sempre o que ele ganhava de gorjeta toda semana e ir lá acertar a diferença. Ele fez isso no início, até descobrirmos, todos, que o valor do aluguel que estávamos pagando era exorbitantemente maior que o que normalmente se pagaria no próprio Saddleback.

No Recursos Humanos disseram-nos que, além do aluguel do imóvel, nós pagávamos o aluguel de todos os itens existentes no apartamento: aparelhos eletrônicos, camas, roupas de cama e banho, utensílios de cozinha... Era tudo parte de um grande pacote. No entanto, ao reunirmos e discutirmos o assunto, era muito mais fácil e barato alugar um apartamento por conta própria e comprar os pequenos luxos que queríamos ter em casa. Ao confrontarmos os recursos humanos com os nossos cálculos, ouvimos duas coisas: (1) os jamaicanos e os europeus iam

e vinham todo ano trabalhar no hotel e nunca questionaram o aluguel – por que justamente os brasileiros iriam fazer isso?, (2) essa reunião, sem a presença de um representante do hotel poderia ser caracterizado como tentativa de sindicalização – segundo as regras do hotel, qualquer sindicalização era proibida, punida com a demissão dos envolvidos. Nossa demissão significava o fim da participação no programa de trabalho H2B, o que significaria que a chefe de Recursos Humanos poderia e iria nos denunciar para a imigração. Nossa contra-argumentação foi que nos fora prometido alojamento, mas não nos foi declarado, por escrito nem oralmente, antes da partida, que este alojamento nos seria cobrado. Outra coisa é que, por sermos estrangeiros, com visto de trabalho somente, não poderíamos ser caracterizados como passíveis a sindicalização, e portanto, a argumentação era ilegal.

O hotel passou a arcar com o aluguel de todos que recebiam menos do que o salário mínimo estadual, que na época era US\$ 5,25 a hora. Ficamos proibidos de discutir quaisquer assuntos relacionados às condições de trabalho em grupo, no hotel, no alojamento ou em qualquer outro lugar. Quanto aos salários serem menores que os prometidos, um rapaz de São Paulo teve uma ideia: ele fez uma carta para o pai, na qual ele pediu que o departamento de Recursos Humanos confirmasse que o salário dele era conforme o prometido no Brasil (para ele, prometeram US\$ 12,50 por hora). Ao assinar a carta, ele automaticamente exigiu que a chefe do departamento desse aquele salário, caso contrário ele denunciaria o hotel para a própria INS⁴ por trabalho análogo a escravidão (ele estava recebendo os US\$ 2,15 por hora, igual ao E.). Sem saída, o departamento de Recursos Humanos cedeu, mas desde então ficaria proibida a reivindicação salarial de qualquer brasileiro, naquela temporada, no hotel.

E isso tudo aconteceu antes de completarmos 30 dias da nossa chegada.

Com o tempo, eu e os demais brasileiros fomos nos enturmando. Houve algumas desavenças entre o grupo de brasileiros, o que acho normal. Até onde eu lembro, houve somente um episódio de violência física, mas que não chegou a ser grave, já que a briga foi apartada logo no início. No entanto, deste momento em diante havia uma divisão entre alguns cariocas e alguns paulistas. Um pseudo-regionalismo, já que nem todos os cariocas e paulistas concordavam com o motivo

⁴ *Immigration and Naturalization Services*, ou Serviço de Naturalização e Imigração (trad. livre)

da briga. Passamos a nos conhecer mais e melhor. Os que foram contratados para a cozinha, com exceção de um, tinham experiência prévia no ramo. Os demais, assim como eu, tínhamos uma vaga ideia dos nossos postos de trabalho e funções, o que fez com que muitos tivessem que se adaptar a rotinas e processos de trabalho muito diferentes daqueles a que eram acostumados, ou ainda, em áreas completamente diferentes daquelas para as quais tinham passado anos estudando no Brasil. Havia psicóloga trabalhando como garçoneiro, engenheiro trabalhando como lixeiro, administradora trabalhando como lava-pratos. No início, era quase unânime ouvir que aquela experiência era necessária para alavancar as carreiras, para melhorar a fluência na língua inglesa. Esse discurso deixou de ser reproduzido próximo do Natal. A distância de casa, o menor movimento no hotel e os pagamentos mais baixos fizeram com que todos tivessem a consciência da realidade daquele “programa”: éramos trabalhadores altamente qualificados com salários e condições de trabalho muito baixos. A experiência de melhorar a fluência na língua era falsa: todos dividiam apartamento com outros brasileiros, e sempre estávamos próximos uns dos outros no hotel. Com exceção de uma pessoa, ninguém estava recebendo nem mesmo o mínimo prometido, de US\$ 9,50 por hora. Com exceção dos chefs de cozinha, ninguém tinha noção do que ia encontrar no trabalho do hotel e a insatisfação era alta.

A partir desse momento, cada um começou a buscar formas de melhorar suas condições de vida em Phoenix. Alguns se organizaram e confrontaram a obrigação de morar no Saddleback e mudaram-se para outros condomínios próximos e mais baratos. Outros buscaram outros empregadores para trabalhar nos momentos de folga do hotel – os demais trabalhadores do hotel nos alertaram que até fevereiro iria ser bem devagar e as horas eram reduzidas para todo mundo.

Eu comecei a me relacionar melhor com os ~~meus~~ colegas no meu setor. Eu trabalhava com mais um brasileiro, M., de Recife, um peruano e um sérvio. O sérvio tinha mais tempo de casa e nos informava onde achar e com quem falar caso precisássemos de ajuda. O peruano se mostrou mais receptivo. Ele tinha mais idade que o sérvio e estava no hotel há um ano. Era bem astuto e muito articulado. Com o tempo, eu e o M. formamos uma amizade, juntamente com o A., o peruano.

Descobrimos que o A. morava no Saddleback também, em um pequeno apartamento de quarto-e-sala. Aquele apartamento não condizia com a realidade dos demais moradores do condomínio, especialmente porque estava muito bem

decorado, com equipamentos eletrônicos de última geração, quase entulhados dentro daquele espaço minúsculo. Foi quando A. começou a se abrir para a gente.

Ele era engenheiro de telecomunicações, mas não podia exercer sua profissão por conta de um divórcio. Ele não concordava com a divisão de bens proposta pela ex-mulher e, para poder ficar com a maior parte, passou a empresa dele para um familiar, que já era sócio, criou uma pequena empresa de limpeza, de onde ele tirava a maior parte da sua renda e, para demonstrar que ele estava ainda necessitado de renda, começou a trabalhar no hotel. Lá, ele trabalhava somente meio-período, mas depois que começamos a fazer amizade com ele, ele cedeu mais tempo para o trabalho no hotel. Ele estava legalizado nos EUA; a maior parte da família dele também, mas ele tinha um irmão que viera através de coiotes, pelo deserto. Depois de alguns meses, esse irmão tivera que voltar para Lima, para que o pai deles pudesse pedir a extensão do Green Card para ele.

Estive na partida do irmão do A. para Lima. Foi um momento bem triste, mas foi interessante conhecer o coiote que o trouxera. Ele contou alguns casos e dizia com todas as letras que ele jamais havia perdido alguém no deserto. Em Phoenix, o noticiário local sempre mostrava os corpos encontrados no deserto, seja porque a pessoa perdera-se do coiote, ou porque algum branco americano radical atirara e a matara achando-se o mais patriota de todos.

Estivemos em eventos sociais. Num deles, conhecemos um médico brasileiro, residente em um grande hospital de Phoenix, que vivia há décadas lá. Ele nos apresentou a alguns “líderes” da comunidade de brasileiros em Phoenix. Estimava-se que, naquela época, uns 4.000 brasileiros estivessem vivendo na região metropolitana de Phoenix, a maioria na cidade de Chandler, ao sul de Phoenix. Inclusive ficava em Chandler o único mercado de produtos importados que tinha alguma coisa do Brasil, como chocolate e refrigerante brasileiros. Uma lata de guaraná, por exemplo, custava US\$ 4,50, enquanto uma lata de refrigerante produzido nos EUA não saía por mais de US\$ 1,00. Estive, uma vez, em uma festa da “comunidade brasileira de Phoenix”. Era uma festa beneficente, para coletar fundos para uma ONG no Brasil, com sede em Minas Gerais (lembro-me de que não era Governador Valadares, mas não consigo lembrar exatamente onde era esta ONG). Eu não sabia que era beneficente. Acho que porque não ajudei naquele momento, eu não fui chamado ou avisado de mais nenhum outro evento. De fato, o nosso grupo era o maior grupo de brasileiros em um único lugar em toda a região

de Phoenix. Não me lembro de ninguém que tenha continuado a participar dos eventos e/ou mantido contado com alguma liderança.

Nossas vidas circulavam pelo hotel. Depois da “estiagem” de hóspedes, numa recontagem informal entre nós, demos falta de uns três brasileiros. Estes aproveitaram-se da falta de necessidade do hotel para buscar outros empregos e fugiram do programa. Não ficamos sabendo se a ameaça de denunciar os desertores para a INS se concretizou ou não. Meses depois, ficamos sabendo que aquele que tinha ficado na Imigração em Dallas fora o primeiro a fugir, e que ele teria ido para Nova Jersey, onde tinha familiares e amigos.

Eu também queria me definir, encontrar uma forma de ficar nos EUA, indefinidamente. Queria algo que me desse o direito de ficar, de trabalhar sem dor de cabeça, sem medo. Queria um processo definitivo, legal e, de preferência, rápido. Pensei que somente alguém que fosse estrangeiro, mas legalizado, saberia me dar uma resposta para isso. Foi aí que me apoiei cada vez mais no A.

2.4

Plano de Permanência: Mudança de Emprego e de Vida Social

A. sugeriu o seguinte: eu e M. poderíamos trabalhar com ele, na empresa de Engenharia de Comunicações, já que o tempo necessário para ele se afastar dos negócios finalmente chegava ao fim. Ele nos forneceu algumas apostilas, referentes a alguns equipamentos que iríamos usar no trabalho de instalação de cabos de telecomunicação. Ele disse que iria verificar se estávamos realmente estudando dentro de algum tempo. Isso me pareceu uma boa ideia, mas essa chance de empregabilidade não significaria que teríamos Green Card, ou paz. Foi então que ele apresentou a outra parte do plano.

Ele já havia conversado com duas amigas dele, ambas americanas, que aceitaram se casar conosco. Eu sabia que o casamento poderia me dar o Green Card, mas o fato de ter que casar com uma pessoa desconhecida só pelo documento não me parecia uma boa ideia. Procurei saber como seria este processo e percebi que era necessário provar a “boa-fé” no relacionamento, algo que eu não antevia. Mas o A. já tinha tudo armado: nós nos casaríamos, teríamos um bom emprego

para cada um manter a “esposa” quietinha em Phoenix, em um apartamento alugado, enquanto estaríamos percorrendo o país, de empreitada em empreitada. Caso a Imigração perguntasse, eu estaria em viagem de negócios, o que seria comprovado pela minha situação laboral.

Confesso que essa parte do plano era bem plausível. Ainda assim tinha desconfianças sobre com quem eu estaria me casando.

A. nos apresentou as “noivas” algumas semanas antes do casamento. S. era uma menina com 18 anos, sem ter conseguido completar o que seria equivalente ao Ensino Médio no Brasil. Ela fazia algo parecido com um supletivo, mas o sistema americano é um pouco diferente. Ela era bem baixinha (1,55m talvez, enquanto eu tenho quase 1,85m), e não despertou nada em mim – nem mesmo confiança. A. falou que não teríamos nenhum tipo de problema, que ela era de confiança, que tudo estava certo, que não precisaria me preocupar com coisa alguma, a não ser aparecer diante do juiz de paz, na data marcada.

Em 8 de abril de 2004, eu me casei com S., que compareceu diante da juíza de jeans, camisa e tênis. Tiramos uma foto e, ao sair dali, as primeiras palavras dela foram: onde vou morar? Eu já tinha esquematizado um hotel para ela passar uma semana, um lugarzinho simples, relativamente próximo da casa dela. Paguei o hotel adiantado, mas ela só ficou lá duas noites. Só fiquei sabendo disso um ano depois.

Ela retornou à casa onde ela morava, com a irmã e a filha. Além delas, S. tinha dois sobrinhos e, de vez em quando, outras pessoas apareciam para dormir naquele apartamento: eram os “amigos” da irmã dela. Às vezes, S. não dormia em casa e ia visitar o pai da sua filha. Esse cidadão me despertava uma desconfiança ainda maior na S., por vários motivos. Fiquei sabendo por ela que ele era envolvido em gangues, traficava drogas e cometia delitos (assaltos e roubos). Além disso, quando eu tinha que ir buscá-la na casa dele, eu não podia parar ou chegar perto da casa; ficava esperando por ela na esquina da rua. Por algumas vezes comprei fraldas e leite para a filha dela, porque nem ela, nem o pai tinham dinheiro naquele momento. Ao perceber que eu, às vezes, tinha dinheiro disponível e com regularidade maior que os dois, S. começou a me extorquir.

De ajuda financeira eventual, S. começou a me exigir valores fixos e regulares. Como eu recebia a cada quinzena, ela me exigia valores entre US\$ 200 e US\$500 por mês para que ela não me denunciasse ao INS. Quando questionei ao

A. esse tipo de prática, ele disse que prometera a S. US\$ 15,000 pelo meu casamento, assim que eu fosse trabalhar com ele, mas que se eu estivesse já pagando alguma coisa a ela, que combinasse com ela o abatimento do que estava sendo dado, do valor acordado anteriormente. Eu, sinceramente, não gostei da negociata, até porque contaram, ambos A. e S., que eu iria ganhar muito bem depois que eu tivesse os documentos legalizados. No entanto, o casamento de per se não garante o Green Card; eu, assim como todo estrangeiro que se casa com um(a) americano(a) precisa preencher a papelada e pagar taxas para sua oficialização. Gastei, no total, uns US\$ 750 em taxas, mais US\$ 2.500 com um advogado. Para isso, tive que arrumar outro emprego e mesmo com o hotel lotado e trabalhando quase 40 horas semanais, eu tinha que dar um jeito de fazer outras 20 horas em um restaurante próximo à minha residência. Terminei de juntar tudo e dar entrada no processo depois da expiração do visto (o visto expirava em julho de 2004, os papéis e taxas foram finalizados em novembro de 2005). Por que a demora? A cada contra-cheque, S. me tomava uma boa parte, sobrando muito pouco para o pagamento dessas obrigações.

Em maio de 2004, ao ver que o casamento não ia me dar condições automáticas de permanecer nos EUA, nem de trabalhar com o A., resolvi procurar um emprego que substituísse o hotel quando o visto expirasse. Passei alguns dias perambulando, quando vi do outro lado da rua, em frente ao Saddleback, em um pequeno restaurante, uma placa de “procura-se cozinheiro”. Fiz a entrevista, disse que tinha alguma experiência de cozinha (o que era uma mentira), mas que eu tinha conhecimento da cozinha europeia somente. O patrão disse que gostara de mim, e que a experiência não seria necessária, já que aquele era um restaurante de comida mediterrânea e árabe, e que ninguém nos EUA nem na Europa sabia fazer comida árabe bem; eu teria um cozinheiro mais experiente me ensinando o serviço, do zero. Isso, se eu aceitasse as condições de trabalho.

Apertamos as mãos. Naquele momento eu não sabia, mas aquele se tornaria quase um pai para mim, nos anos que se seguiriam. A família dele se tornou a minha também e aquele restaurante, que era para ser um emprego temporário, tornou-se a minha única fonte de renda por meses a seguir.

Tornei-me assistente de cozinheiro, se é que eu tinha algum título ou descrição de funções. O restaurante era pequeno: umas dez mesas, uns 24 assentos. Abria para almoço e jantar, de segunda a sábado. Pela manhã, somente um

cozinheiro era necessário, justamente para começar a preparar a cozinha. Quem fazia esse serviço era M., um iraquiano xiita que, durante a Guerra do Iraque de 1991, refugiara-se nos EUA. Depois deles, às 11h, chegávamos eu e J. Q., um americano de origem chinesa e irlandesa, além do E., o lava-pratos mexicano. Os garçons trabalhavam sob um esquema de escalas, então nós nunca sabíamos quem chegaria conosco. Ao meio-dia, chegavam também G. Jr., filho do patrão, o primo dele, A.S., a filha mais nova do patrão, E., e o casal proprietário do restaurante, G. e J. S. A família Shankool é de origem iraquiana também, mas diferentemente de M., eles não eram muçulmanos, mas sim, cristãos caldeus. G. uma vez me contou que a saída dele do Iraque foi logo após o golpe que colocou Saddam Hussein no poder, em 1979. Assim que Hussein tomou o poder, todos os não muçulmanos foram “caçados” por ele, a começar pelos judeus e cristãos que viviam no Iraque.

Em julho de 2004, no fim do meu contrato com o hotel, tive que sair do Saddleback. Antes do fim do contrato, eu já havia conseguido um lugar para ficar. Eu iria morar com um gerente do setor em que eu trabalhava. Eu iria alugar um quarto na casa dele, a um quarteirão do Saddleback. Ele era persa, de origem Ba'hai. Pelos meus conhecimentos daqui do Brasil, tínhamos sempre muita coisa para conversar. Ele era refugiado. Não me lembro se ele disse quando ele chegara exatamente, mas ele disse que viera com os pais fugindo da Revolução de 1979, no Irã. Presumo que deva ter sido um pouco depois, talvez em 1980 ou 1981. Por ser minoria, a vila dele fora uma das primeiras a ser atacadas e poucos foram os sobreviventes. Quem sobreviveu, fugiu para o Iraque, e no caso dele e dos pais, dali foram para a Grécia, e por último EUA.

Viver com o persa era bom: comida, conforto, papo e festas. Ele sempre me avisava ante, e fazia festas na casa, chamando sempre gente diferente. Conheci muitas pessoas e as amizades foram surgindo. Tudo isso aconteceu até ele começar a namorar uma mexicana.

A namorada mexicana era, como dizemos no Brasil, “espaçosa”. Em duas semanas, todas as paredes da casa, inclusive as dos banheiros, tinham pelo menos uma foto dela (quando não, duas). O pão árabe foi substituído por tortillas; foram-se os temperos e só restou pimenta; não tínhamos mais Budweiser, só Dos Equis. No café da manhã, a primeira coisa que cheirava eram as tortillas torrando acima do normal, queimando e deixando um cheiro muito desagradável na casa inteira.

Passei a não aturar mais aquela situação e em um dia de fúria, briguei com ela e com ele. Isso me obrigou a achar, rapidamente, um outro lugar para morar.

A minha saída da casa do persa aconteceu pouco antes da segunda temporada de contratações no hotel, o que quer dizer, por volta de setembro de 2004. Algumas pessoas que eu já sabia que iriam voltar, entraram em contato comigo e resolvi alugar um apartamento e dividir com alguns dos escolhidos por mim.

Fomos para um condomínio bem melhor que o Saddleback e, como iríamos dividir os gastos, o aluguel ficou uns 15% mais barato do queo que pagávamos lá. O Tatum Place tinha duas piscinas, menos apartamentos, jardins melhor conservados e unidades com metragem maior do que tínhamos antes. Fomos dividir um apartamento de dois quartos e dois banheiros entre quatro homens: o R., com quem eu já havia dividido apartamento antes, no Saddleback, o E., com quem eu até dividi cabine, no navio de cruzeiros, e o A. S., também conhecido como “Ursão”, um chef de cozinha que fez amizade com o R. na primeira temporada e estava querendo gastar menos desta vez. O Ursão era excelente chef e uma vez fez até uma feijoada para nós, usando coisas que ele achou em um mercado mexicano.

Para a nossa surpresa, uma brasileira também pediu para morar no nosso apartamento. Sabendo da nossa limitação, a S. P. não se importou em dividir o espaço conosco, e suportou a pressão de não ter nenhuma mulher por perto para dividir as angústias do dia-a-dia. Semanas depois de chegar, o E. conheceu uma americana e começaram a namorar. Em dois meses, ele saía do apartamento para viver com ela uma história verdadeira, um relacionamento sério. Apesar do espaço extra, as contas eram muito mais leves com cinco pessoas, e assim o R. e o A. S. sugeriram que um chef brasileiro novo, o W., viesse ocupar a vaga do E. Estava completo o apartamento, que ficou assim até dois meses antes da minha volta dos EUA, em fevereiro de 2006.

Voltando ao restaurante dos Shankool....., comecei ganhando modestos US\$ 7,50 por hora, mas em dois meses meu piso era US\$ 11,50. Diferentemente do hotel, eu conseguia toda semana fazer umas 40 horas, e assim, ficou mais fácil programar o futuro. Infelizmente, como eu já disse, a cada aumento a S. me tirava uma fatia um pouco maior. Eu comecei a esconder meus contra-cheques e meus extratos do banco para poder aproveitar o aumento que eu recebia. Todos os aumentos foram por merecimento: eu tinha aprendido a usar os temperos, as

carnes e conseguia fazer, sem ajuda, alguns pratos. Além disso, eu e J. Q. éramos uma ótima dupla nas horas de aperto. Durante a hora do jantar, entre 6 e 8 da noite, conseguíamos soltar os pratos com certa velocidade e não tínhamos reclamação de qualidade, nem de demora dos pratos servidos.

J. Q. não se tornou só um bom companheiro de trabalho, mas um amigo também fora dele. Começamos a ter uma boa amizade e ele começou a me levar para os lugares onde as pessoas “nativas” frequentavam: bares, boates, festas... Uma vez, fomos à casa de um amigo dele, do tempo de escola, que ficava em uma das áreas mais caras de Phoenix. Era uma mansão com dez quartos, três piscinas, um cinema para 30 pessoas... Coisa de cinema, mesmo!

Frequentávamos muito o Cooper's, junto com o resto do pessoal do restaurante. Além do J. Q., eu me aproximei muito dos Shankool, tanto que passei as datas comemorativas com eles: Dia de Ação de Graças, Natal, Ano Novo... Se eu precisava de alguma coisa, um conselho, um carinho, era J. S. e G. S. que os ofereciam. Eu comecei a me abrir cada vez mais para eles e expliquei tudo que havia acontecido até ali comigo. G. chegou até a me dizer que se E. não estivesse noiva, que ele conversaria com ela para casar comigo. Aquilo me deixou meio lisonjeado: o senhor “daria” a filha dele para me ajudar! A própria E. depois disse que faria, se não estivesse noiva.

Em uma ida ao Cooper's, eu marquei de rever o A.. Ele já estava trabalhando, a pleno vapor, nas redes de telecomunicação. Ele tinha ganhado uma concorrência na cidade de Nova Orleans, logo após o Furacão Katrina. Eu achei que iríamos colocar a conversa em dia, mas ele resolveu que, naquela noite, depois de bebermos algumas cervejas, seria o momento ideal para saber o que eu tinha estudado até então. Eu não fui capaz de responder muita coisa, e como fiquei “reprovado”, ele me disse que não iria me ajudar mais em nada, já que eu não estava me empenhando o suficiente.

Fiquei muito irritado com o que ele estava dizendo. Eu tive que casar com uma tranbiqueira por causa dele; ele veio me sabatinar à noite, em um bar, depois de várias cervejas, eu estava cheio de dívidas por conta da enrascada em que ele me colocara... E não iria me ajudar mais? Cortamos relações ali, naquele momento. Resolvi que iria me apoiar somente nos Shankool.

Aos poucos, com uma ajuda financeira dos Shankool, consegui o dinheiro todo para pagar os honorários e as taxas e enviei meu processo para o INS.

Enquanto minha papelada estava sendo processada, dois agentes da ICE bateram na minha porta. Isso foi no dia 9 de novembro, somente dois dias após a postagem dos documentos.

Eles pediram meu passaporte. Anunciaram que eu havia infringido o tempo de visto e que, por isso, estavam me detendo para deportação. Fui levado para o Escritório Central do USCIS em Phoenix, no centro da cidade. No caminho, eles tinham uma espécie de ficha, com informações sobre mim. Algumas, senão muitas, estavam completamente fora da realidade: eles me identificaram como muçulmano, de origem árabe, mas nascido no Brasil. Comecei a estranhar como aquelas informações estavam desconexas, quando me dei conta que estava sendo preso e deportado não pelo meu status legal, mas pelo uso da Lei Patriota (115 Stat. 272 - 2001). Minhas suspeitas se confirmaram quando chegamos à USCIS.

Fui interrogado sobre a forma pela qual cheguei aos EUA. Perguntaram-me se eu era casado, se trabalhava. Quando disse o local de trabalho, as perguntas foram somente sobre os meus companheiros de trabalho. O que eles não sabiam era que os Shankools eram cristãos e que o irmão do G. era agente da CIA. Eles também não sabiam que o M. era muçulmano, mas xiita, e que havia auxiliado tropas americanas contra Hussein em 1991 e que, por isso, ele estava nos EUA. E o mais importante de tudo: que eu não era muçulmano, não havia festejado o 11 de setembro e não tinha nem interesse, nem simpatia pelo terrorismo internacional.

Depois do meu depoimento, que durou aproximadamente uns 30 minutos ~~em~~ ~~ele~~, um deles se retirou e foi conversar com o diretor local da USCIS. Ele voltou com alguns papéis e ambos me encaminharam para a carceragem temporária, onde eu ficaria até o início da noite. Nos documentos, estavam alguns detalhes jurídicos do que estava acontecendo comigo: eu estava em processo de deportação involuntária, mas com direito a uma audiência, já agendada para alguns dias depois e com a possibilidade de pagamento de fiança para acompanhar o processo em liberdade no valor de US\$ 100 mil. Ao ver esse valor, eu quase tive um surto. Eu já tinha ouvido falar nas fianças da imigração, mas nunca soubera que eram tão altas! Liguei para o meu advogado, buscando alguma orientação. Ele pediu que eu lesse os termos da prisão. Aí ele me perguntou o que eu havia feito ultimamente que pudesse ter chamado a atenção dos federais. Quando contei o conteúdo do meu depoimento, ele concordou que foi o uso da Lei Patriota que me fez ser preso e interrogado, mas que como eu cooperei com os oficiais, o

estabelecimento da fiança estava alto demais. Ele me disse que fianças de imigração giram em torno de US\$ 10 mil, quando muito chegam a US\$ 20 mil. Ele me disse que tomaria as devidas providências, a começar pelo adiamento da sessão com o juiz e o pedido de relaxamento da fiança.

Naquela noite, fui transferido, em um ônibus, do presídio para uma unidade de triagem. Eu acho que estávamos em Mesa, ao sul de Phoenix, mas não posso ter certeza.

No ônibus, eu era o único não-mexicano. As pessoas pareciam se conhecer, e em grupos conversavam entre si. Muitos estavam rindo, levando aquela situação de forma desconfortável, mas previsível. Havia um ambiente de chateação, por terem sido apanhados, mas havia uma certeza de retorno, pela fronteira. Sentei perto de um grupo, na esperança de puxar assunto, mas não consegui. Eu me senti, pela primeira vez, completamente sozinho, sem esperança e nem chance de permanecer nos EUA.

No centro de triagem, deram-nos uniformes laranjas e tomaram as roupas que estávamos usando. Quando digo nós, digo eu e mais uns dois ou três. Os demais foram levados para um pátio, onde eu via o grupo que estava no meu ônibus se encontrando com outras pessoas, saudando, rindo ainda mais alto, como se fosse uma festa. Pelo outro lado do pátio, saiam algumas pessoas, dirigindo-se ao ônibus que nos trouxera. Eu me lembro de ter ouvido um deles gritando para um agente da imigração: “Obrigado por me levar para casa, mas no final de semana vou estar de volta”. Depois, fiquei sabendo que aqueles eram mexicanos, que seriam levados até a fronteira de ônibus, e de lá, seriam “liberados”. O pátio era só de mexicanos e aqueles dois ou três que entraram comigo e que eu achei que eram mexicanos, na verdade, eram guatemaltecos e nicaraguenses. Só depois reparei que existia uma diferença real entre os mexicanos e os não-mexicanos da América Central.

Fomos para a parte de dentro do prédio de triagem. Lá, tomamos banho e fomos encaminhados para um salão, onde havia colchonetes e um pequeno banco, que servia de travesseiro para alguns. Sem ninguém para me explicar nada, fiquei de boca fechada até dormir; dormi a manhã seguinte inteira.

Depois do almoço, eles nos colocaram em um pátio e, de acordo com o nome que chamavam, as pessoas entravam em um ônibus-presídio. Chamaram-me e eu me acomodei onde me indicaram. O ônibus partiu e eu reconheci uma placa

apontando para as cidades de Tucson e Nogales. Mais adiante, a placa de um presídio de segurança máxima. O ônibus seguiu essa segunda placa.

Chegamos a um prédio grande, onde cada um foi revistado e encaminhado para o departamento médico. Lá chegando, tomamos vacinas, fomos levados para receber novas mudas de roupa e fomos informados dos procedimentos internos para a limpeza das mesmas. Diferentemente do centro de triagem, aqui houve uma explicação clara do que estava acontecendo com cada um de nós.

Fui levado para a ala da imigração, junto com os demais. Naquele lugar, além de ser um presídio para imigrantes em deportação, havia os que estavam ali por conta de crimes hediondos, que necessitavam de segurança máxima. Apesar do nome, a nossa ala tinha menos agentes e menos “segurança” que as demais. Tínhamos direito ao banho de sol coletivo, por uma hora e meia por dia. Os outros presos tinham banho de sol individual, alguns por só cinco minutos. Se quiséssemos, a nós era dada prioridade para trabalhar no presídio, fazendo qualquer coisa. Eu me ofereci para levar a água e os mantimentos para fora, durante o banho de sol. Isso me ajudava a passar os dias e ter uma função.

Dentro da minha ala, logo descobri que havia brasileiros por lá também. Os outros, em sua maioria, eram da América Central: guatemaltecos, hondurenhos, nicaraguenses, panamenhos... Havia pouquíssimos europeus, um ou outro africano, nenhum asiático na nossa ala. Fiquei sabendo depois que os asiáticos tinham uma ala só deles.

Entre os brasileiros, um fora apanhado na fronteira com o México e os outros três, no meio do deserto. Um desses, deixara o tio enfartando no meio do deserto. Além de mim, mais um tinha sido preso em Phoenix.

Um romeno que estava na nossa ala tinha uma situação complicada. Ele era apátrida e não podia ser enviado para a Romênia. Tentara o Canadá, mas não tinha tido nenhuma resposta do governo canadense. Ele estava esperando lá há um ano, e ele me disse que ficaria lá mais um tempo até que se resolvesse para onde iriam enviá-lo. Alguns guatemaltecos estavam fugindo da perseguição da polícia local, mas como não tinham provas, eles não tinham como pedir o status de refugiado. Seriam mandados de volta à Nicarágua, na certeza de serem mortos assim que pisassem de volta no país. Conheci um rapaz que nascera em Samoa Ocidental e, como é território americano, ele viera morar nos EUA ainda menino. Tinha se envolvido com o tráfico de drogas e, depois de reincidir no crime, ele

fora condenado a um tempo encarcerado para depois ser deportado e ter seu direito de viver nos EUA revogado. Eu não entendi como isso seria possível, mas ele disse que o que aconteceria com ele é que ele seria enviado para Samoa, e lá, ele perderia o seu passaporte, sendo impedido de tirar o passaporte novamente. Isto significaria que ele estaria “condenado” a viver na Samoa até o fim dos seus dias.

Uma vez por semana, um pastor visitava-nos, durante o banho de sol. Havia uma biblioteca itinerante, mas nós só podíamos ler livros editados em espanhol, ainda que eu soubesse ler inglês. Não havia disputas, nem brigas na nossa ala, mas uma vez eu ouvi um princípio de tumulto na ala ao lado. A vida dentro daquele espaço era quase igual à que aparece nos filmes americanos, com exceção da violência. Era bem tranquilo. E todo mundo era inocente.

Nas conversas, eu percebia que o objetivo da maioria era viver uma vida em paz, sem medo da polícia, nem de bandidos, nem de perseguições. Eu pude sentir que a maioria estava tomando aquela decisão, de imigrar ilegalmente, por total e completo desespero. Em alguns casos, eu sabia que a pessoa só precisava falar que estava sofrendo perseguição que eles iriam conseguir o refúgio. O brasileiro que fora apanhado na fronteira (um jornalista, de Mato Grosso, se não me engano) estava fugindo da perseguição de alguns pecuaristas e policiais. Disse-me que publicara os resultados de uma investigação que provava que policiais eram pagos para eliminar inimigos pessoais de alguns grandes pecuaristas locais, e que por isso, ele fora jurado de morte. Disse-me ainda que sabia que poderia pedir refúgio, mas que pela embaixada/consulado americano no Brasil, o processo iria expô-lo, e que então ele resolveu que entraria nos EUA e pediria asilo. Ele, então, foi para o México, na esperança de não chamar a atenção dos perseguidores, mas na hora de cruzar a fronteira, ele se complicou com o agente da imigração. Ele não falava nada de inglês, e acabou “confessando” que estava indo para os EUA trabalhar sem visto de trabalho.

A audiência dele foi marcada junto com a minha. Meu advogado compareceu virtualmente, via telefone. O juiz aceitou o fato de que eu havia enviado os documentos para processamento e que, por isso, também iria reduzir a minha fiança, para US\$ 25 mil. O valor ainda era alto, mas já era mais factível. Meu advogado então pediu a minha imediata soltura, já que os documentos para legalização estavam em trâmite; o juiz, entretanto, alegou que parte dos

documentos apresentados continham erros de informação e por isso, eu permaneceria encarcerado até o pagamento da fiança.

Existe um sistema nos EUA que, quando você tem uma fiança, existem financiadoras que pagam o valor total se você der 10% de entrada e colocar um bem do valor total a ser pago como garantia. Meu advogado informou ao meu patrão, que também recebia telefonemas constantes dos meus pais, no Brasil. Meu pai pegou dinheiro emprestado com um familiar nosso e meu patrão colocou a residência dele como garantia; depois de 23 dias, fui liberado.

Quem estava lá na saída do presídio eram o R. M. e a A. M., um casal de namorados que trabalhava no restaurante como garçons. Eu já havia me aproximado deles e feito amizade antes daquele episódio, mas depois disso, nos aproximamos ainda mais. Somente o R. M. pôde entrar no presídio porque a identidade dele era de outro estado e por isso, não precisava agendar uma visita. A. M. ficou no carro esperando. Quando saí, abracei muito os dois. Eles me ofereceram a casa deles para ficar até as coisas se arrumarem.

2.5

Retorno ao Brasil: O Processo Termina

No final de novembro de 2005, eu me vi vivendo na casa de amigos, uma condição de certa forma confortável, mas nada aprazível. Eu tinha que voltar para o meu antigo apartamento, para as coisas que eu deixara para trás.

Fui ao restaurante, sem saber se ainda teria meu emprego de volta. Fui recebido como um filho que foi arrancado de casa. Fui o centro das atenções naquele dia; alguns clientes mais próximos quiseram sentar e conversar comigo, me acalmar. Um amigo próximo do G., ofereceu-se para procurar por advogados, caso eu não tivesse um. O meu patrão então ofereceu para me emprestar dinheiro, caso eu precisasse, até eu conseguir me recompor.

Quando tentei voltar para o meu apartamento, a fechadura não funcionava. Não achei nenhum dos meus companheiros de apartamento por lá e, como eu tinha perdido meu celular, eu não tinha decorado os números de telefone, por isso tive que voltar para a casa do R. M. e da A. M. Antes, passei no escritório do

condomínio para saber o que tinha acontecido, quando fui informado que o contrato havia sido cancelado por parte deles e que o apartamento estava para ser limpo e posto novamente para ser alugado. Como assim? Discuti que o contrato tinha sido feito por mim, e que eles não tinham condição de cancelar um contrato que eu assinara! Depois de consultar uns papéis, a gerente do condomínio reconheceu o erro, mas me disse que eles haviam tirado muita coisa, e que provavelmente o apartamento estaria vazio e sem energia elétrica.

Visitei o apartamento para vê-lo completamente revirado. Parecia que um furacão havia passado lá dentro e pouca coisa havia sobrado. Como a gerente disse, a luz também havia sido cortada, assim como o telefone e a internet. Resolvi que dormiria na casa do R. M. e da A. M. somente até eu religar a luz. Não tinha muita coisa minha lá, mas havia algumas mudas de roupa, que peguei para levar para a casa dos meus amigos.

Dias depois, consegui religar a luz usando o mesmo argumento com o qual consegui o apartamento de volta. Algumas taxas não tinham sido pagas aqui e ali: peguei dinheiro emprestado com o meu patrão e liquidei essas dívidas. Ao mesmo tempo, consegui entrar em contato com os meus antigos colegas de apartamento e fui visitá-los na nova moradia deles.

Eles haviam separado tudo que era meu. R. M. tinha uma caminhonete e fiz minha mudança de volta para o Tatum Place. Sobre o porquê de eles terem saído de lá, eles me disseram que ficaram com medo do ICE⁵ voltar e deportar um deles – mesmo considerando que todos estavam em situação legal e que mudar para dois, três bairros de distância não iria impedir que qualquer força policial descobrisse onde eles estavam. Reconheci que o episódio fora chocante e que isso deixaria qualquer um ressabiado. Sobre as taxas não pagas, brigamos. Eles discordaram que tinham que me pagar; eu achei que era devido. Até a minha volta tentei reaver o dinheiro, mas isso nunca aconteceu.

Minha vida começou a se reorganizar aos poucos. Depois do Natal, eu já tinha a capacidade de visualizar como eu iria colocar minha vida financeira de novo no lugar, pagando primeiramente o G.. Se meus cálculos estivessem certos, em março ou abril eu estaria quite com ele; em novembro de 2006, eu quitaria a dívida que meu pai fizera para pagar os 10% da fiança.

⁵ *Immigration and Customs Enforcement* (Força Policial da Imigração e Alfândega dos EUA)

Em fevereiro daquele ano, recebi o comunicado da INS para comparecer para a entrevista do Green Card com a S. Eu, inclusive, já havia voltado a pagá-la regularmente, como ela gostava muito. Quando eu lhe comuniquei este passo, foi que vi quanto tempo e dinheiro eu gastara à toa com ela.

S. se desesperou! Ela teve como certo que o INS iria descobrir tudo e que ela seria deportada também! Para o Brasil!

Foi impossível convencê-la do contrário.

Perguntei ao meu advogado o que poderia acontecer se ela não fosse.

Ele me deu possíveis consequências, da pior para a menos ruim: (1) eles poderiam decidir me deportar imediatamente; (2) eles poderiam me dar uma segunda data, uns poucos dias depois; (3) eles poderiam deixar o processo rolar e nos visitar, de surpresa, em casa. Todas as opções iriam repercutir muito mal na minha avaliação, o que possivelmente iria gerar uma negação do meu pedido de Green Card. Perguntei se havia uma outra opção. Ele me disse que eu poderia voltar para o Brasil e recomeçar tudo, mas que se a S. não fosse, ia ser difícil conseguir qualquer coisa. “E se eu desistisse, doutor?”, perguntei. Ele me disse que eu deveria apenas pedir o formulário de deportação voluntária, no INS, para que a casa do meu patrão deixasse de ser garantia pela minha liberdade, e tudo ficasse “zerado” resolvido com a INS.

Refleti muito sobre todas essas opções. Pensei muito sobre quais eram os meus objetivos quando resolvi ir para os EUA e o quanto eu havia progredido em dois anos e meio. Pensei em todas as dificuldades por que passara e o fato de estar com a Sabrina, essa pessoa a qual não pude conhecer e em quem não pude confiar desde o início do meu processo. Tive uma conversa séria com G..

Após quitar o último dólar com ele, comprei minha passagem. No dia 25 de fevereiro de 2006 saí de Phoenix em direção a Maryland. Fiquei três dias com os meus irmãos, a primeira e única vez desde que fora para os EUA.

Cheguei ao Rio de Janeiro no dia 1º de março de 2006.

No dia 15 daquele mês, apresentei meus papéis no consulado americano no Rio. Ouvi do cônsul que eu estaria proibido de pedir visto e de voltar para os EUA pelos próximos 10 anos.

Eu ainda mantive contato telefônico com os Shankool durante os dois anos seguintes, ligando eventualmente. Perdi o telefone do J. Q. e não tive mais notícias dele. Soube que R. M. se tornou corretor e que A. M. finalmente se tornara atriz. O

Saba's, o restaurante dos Shankool, existe até hoje. Eles já apareceram algumas vezes nos noticiários locais pela qualidade da comida.

Na nossa última comunicação, J. S. me disse que ainda tem uma foto minha na cozinha. E eu ainda revejo algumas fotos daqueles anos.

2.6

(I)migrar: Observações Sobre o Processo

Ao se deparar com o processo migratório, todo pesquisador necessita estabelecer seus critérios de análise, haja vista a multiplicidade de possíveis respostas para a questão *o que é migrar?* Em uma tentativa reduzida desta discussão, combinamos perspectivas que, a nosso ver, são complementares e enriquecedoras da discussão e da compreensão do processo migratório.

É possível ver algumas definições girando em torno de um conceito mais generalizado, adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU): “[...] migrante é todo indivíduo que tenha residido em um país estrangeiro por mais de um ano, independente da causa – seja ela voluntária ou involuntária – e os meios – regulares ou irregulares – usados para migrar”⁶. Concordamos que tal visão limita alguns aspectos relacionados ao movimento dos (i)migrantes, já que desconsidera a intenção de migrar, objetivos pessoais e outras particularidades, pelo fato de não permitir a inserção de outros elementos de análise.

Truzzi (op. cit.), por exemplo, levantou a discussão sobre a definição do termo, que segundo este autor, inicia-se ainda em 1978, com Charles Tilly, no seu artigo *“Migration in Modern European History”*. Esse segundo autor salienta que a necessidade de cunhar um termo mais reconhecido e aceito pela sociedade (científica, ao menos) favoreceria a uma lógica que estava sendo construída pela Economia, já que, conforme Tilly (1978):

“There is often lack of definition or classification of the phenomenon to be measured or recorded, and in addition, there is the difficulty of applying correctly even a faultless system of classification. The theoretical characteristics of, say, an industry or simply of a “price” are less well established than those of a wave length. Almost

⁶ Extraído de <https://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/key-migration-terms-1.html#Migrant>. Acessado em 04 de abril de 2015. Tradução livre.

everything turns around the question of classification. This is a well known difficulty and much effort has been directed towards the establishment, of uniform classifications, of employment categories and commodities in foreign trade. But there are large fields where very little has been done and where deep theoretical problems await solution before classification can be significantly improved". (Morgenstern 1963, apud. Tilly 1978)

Tilly racionaliza que muitas das definições são criadas primeiramente por burocratas, a fim de dar algum sentido ao objeto de estudo da Economia, mas posteriormente é trabalho dos economistas dar sentido, lógica e valor empírico às definições criadas por este primeiro grupo. O mesmo se aplica a terminologias utilizadas em pesquisas sociais, como a definição de migrante. De modo simples, burocratas entendem o sujeito migrante como aquele capaz de responder a três perguntas básicas: (1) quem vive aqui, agora?; (2) onde ele vivia antes?; e (3) quem mais vivia aqui antes? (Tilly, op. cit., p. 51). A simplicidade destes elementos permite uma outra problemática, encontrada na forma como as perguntas são geradas: “quem” se refere a um único indivíduo, sua família, sua condição laboral, racial, religiosa, etc.? “Onde” se resumiria ao país de origem ou destino, ou o município de origem/destino – ou ainda, uma localidade dentro deste município? O segundo “quem”, novamente levanta a questão ao escopo do sujeito (ou sujeitos) ao qual o pesquisador burocrata se refere. Não se pode desconsiderar o papel da distância e do objetivo do (i)migrante no processo de (i)migrar, mas estes não podem ser os únicos elementos de análise. Tilly levanta a questão que é necessário haver uma ruptura total da vida social com a “área de origem” (p. 52). Neste ponto, acreditamos que o autor, pelo desconhecimento da atual vida social parcialmente “virtual”, a determinação da ruptura completa e total não seja um prerequisite para estabelecer uma migração total e completa, já que as redes sociais re-integram o (i)migrante deslocado da sua “área de origem”.

No entanto, Tilly descreve muito bem porque, através do elemento da ruptura social como uma viagem (de negócios ou de turismo), não se pode considerar o ato migratório em si: há pretensão de retorno, porque não há objetivo de ruptura (consideremos, para todos os efeitos, parcial) da vida social no período de ausência, ainda que este período seja relativamente grande (30 dias ou mais). Acrescente nesta análise que movimentos pendulares urbanos/peri-urbanos, ainda que distantes, também não caracterizariam o ato migratório, já que o próprio movimento é parte integrante da vida social do sujeito urbano.

Retomando a análise de Truzzi (op. cit.), além dos itens levantados por Tilly, faz-se mister compreender o efeito da formação de uma cultura migratória, descrito em Massey et al. (1993): com o aumento da prevalência de (i)migrantes em uma certa comunidade, este mesmo grupo muda sua percepção sobre seus próprios valores e traços culturais, favorecendo novos processos (i)migratórios (p. 452). Não é sem efeito que Truzzi estabelece que ciclos (i)migratórios possuem ondas (ou ciclos) curtas e longas, as quais ele renomeará de migração circular – para os ciclos curtos – e migração em cadeia – para os longos (p. 201). Isso posto:

“O interessante dessa classificação é que, apesar das sobreposições, os tipos em questão tendem a exibir certas características peculiares. Emigrações circulares tendem, por exemplo, a ser sexualmente seletivas, tanto para homens como para mulheres, dependendo da ocupação oferecida no local de destino. Emigrações em cadeia e de carreira tendem, por sua vez, a contemplar destinos mais distantes, embora a segunda geralmente envolva um número maior de destinos (multipolaridade) que a primeira. Também as emigrações locais e as de carreira tendem a ser majoritariamente individuais, enquanto as circulares e sobretudo as em cadeia tendem mais a envolver famílias”. (Truzzi, op. cit., p. 201-202)

O autor revela que o movimento de (i)migrar não é solitário – ainda que tomada por um único sujeito. Cabe salientar a importância das redes sociais que são construídas no partir do sujeito (i)migrante, no ficar, e em alguns casos, no retorno. Movimento em cadeia pressupõe uma aliança de sujeitos que compartilham interesses em comum, e agindo em uma certa harmonia e sincronia, atingem alguns de seus objetivos mais imediatos. Tal racionalidade é vista como uma forma de acesso a futuros (i)migrantes, construindo uma estrutura pela qual o movimento (i)migratório se estabelece, estruturando-se enquanto possível tendência – ou na visão de Pastore (1969), uma “outra oportunidade de vida”.

Este último autor nos questiona sobre a motivação: (i)migra quem quer? Quem pode? Quando e como quer? Para onde se pretende? Ou tudo não passa de um jogo, às vezes com cartas bem demarcadas por um sistema que está em um nível acima do (i)migrante, mas que compõe o cotidiano do sujeito?

As respostas destas indagações possivelmente estão presentes nos trabalhos que analisam a vida cotidiana e suas tantas bifurcações. É neste momento que saímos da esfera de influência da rotina dos trabalhos em estudos migratórios para aprofundarmos além destes mares.

O estudo da vida cotidiana só pode ser justificado quando argumentado, a sua relação com a formação do conhecimento humano, já que este deve respeitar a

experiência de vida acima *"de divagações que pairam no domínio da ignorância e do erro"* (Lefebvre 2005, p. 17)⁷. É na vida cotidiana que encontramos a tríade dialética necessidade-demanda-desejo que move as sociedades humanas; também é um produto e um resíduo das mesmas sociedades e do seu trabalho, no tempo e no espaço. O cotidiano é, portanto, a confluência dos usos e dos valores atribuídos pelo homem aos eventos, aos elementos, aos objetos do seu viver, dispostos temporal e espacialmente em sua existência. Com a ajuda de Lefebvre, é possível entender que é o cotidiano, a vida cotidiana, o embrião da revolução social, de uma revolução que segue adiante da experiência da transformação econômica ou da política, mas que estende-se de e para a vida cotidiana desalienando o sujeito, mudando a sua forma de viver e mudando também outros elementos encontrados no seu dia-a-dia. A vida cotidiana é, por assim dizer, a emergência das realidades e dos valores atribuídos à vida (Lefebvre, op. cit.).

Talvez sejam essas as indagações que levam tantos (i)migrantes a reconhecerem-se, como membros de uma comunidade em transição – entre o Aqui e o Lá – construindo os tais “laços interpessoais”, imprescindíveis, na concepção de Massey (op. cit., p. 396) para a definição das redes (i)migratórias. Essas tais redes são responsáveis, conforme analisa Truzzi (op. cit., p. 203-205) pela alocação/ disponibilidade de recursos e pela intrincada relação informacional, na qual a última alimenta a cultura (i)migratória (Halfacree & Boyle, op.cit., p. 341-342). Mais sobre a informação, a rede (i)migratória é desigual para o mesmo grupo emigrante, já que o acesso à informação e sua formatação chega de forma diferenciada para cada sujeito em uma determinada comunidade, justificando a vontade de (i)migrar e a manutenção do plano de ficar (este último, conforme visto por Pastore). Truzzi considera, então, que “[...]tais ordens de consideração, [...] acabaram por trazer o conceito de redes para o centro da decisão de emigrar. Tal parti pris recupera,

⁷ Este trecho, de forma mais extensa, diz: *“Furthermore, knowledge must proceed with caution, restraint, respect. It must respect lived experience, rather than belaboring it as the domain of ignorance and error, rather than absorbing it into positive knowledge as vanquished ignorance. Feelings and emotions, play, festivals, the sacred itself — these are to be treated with tact. The situation is a delicate one: it involves understanding without believing, without endorsing, without taking statements literally. From the outset, the critique of everyday life imparted content to alienation, but did not define its status, whether philosophical or scientific or even metaphorical! Understanding lived experience, situating it, and restoring it to the dynamic constellation of concepts; ‘explaining’ it by stating what it involves — this was how the meaning of the work and project was expressed”* (grifos do autor).

por assim dizer, o papel do agente e de sua rede de relações na decisão de partir [...]” (Truzzi, op. cit., p. 207).

Massey et al. (op. cit.), no entanto, argumentam que:

“Rather than adopting the narrow argument of theoretical exclusivity, adopt the broader position that causal processes relevant to international migration might operate on multiple levels simultaneously, and that sorting out which of the explanations are useful is an empirical and not only a logical task. Each model must be considered on its own terms and its leading tenets examined carefully to derive testable proposition. Only then can we clearly specify the data and methods required to evaluate them empirically”. (p. 455)

Tal afirmação reforça a crítica a ser feita sobre o trabalho de Woolcock (2005), que considera que somente as camadas sociais menos favorecidas se relacionam em rede, como necessidade de sobrevivência cotidiana. Esquece este autor que o processo (i)migratório não é composto somente de sujeitos em desvantagem econômica, e que o mesmo processo é uma estratégia de sobrevivência diária, ainda que seu processo ocorra em uma relação temporal diferenciada da ordinariedade da vida urbana. Este processo é melhor explicado por Fazito & Soares (2010), quando analisam o capital social e a sua relação com a rede social – incluindo a conceituação do fechamento de rede e dos buracos estruturais como elementos essenciais para dar vida à rede (i)migratória. É através desses elementos que se visualizam as propostas de Sayad (op. cit.): a migração internacional não é só um deslocamento físico, mas também de poder dentro da esfera do político e do social, em um espaço des-re-construído no cotidiano daquele que (i)migra.

Sendo assim, considera-se nesta pesquisa que: (1) (i)migrar é um movimento simultâneo de saída e chegada, de abandono e entrega; (2) o movimento pode ser visualizado do ponto de vista de cada sujeito, mas ele só ocorre como um projeto que não é só daquele que (i)migra, mas de todo um contexto espacial e temporal – portanto, geográfico; (3) mais importante que a determinação das distâncias a serem percorridas e do tempo gasto no processo do saída e chegada, o que caracteriza o processo (i)migratório para o sujeito é a sua intenção, logo, de cunho individual, mas que pode ser caracterizado pela tendência geral de um grupo de (i)migrantes; e (4) não é o cruzar de uma fronteira que determina o processo (i)migratório, mas a sua mudança, dentro dos sujeitos, a readaptação de suas vidas sociais, incluindo

elementos do Lá e do Aqui, mesclando-os, buscando inserir-se na corrente que liga ambos os lugares.

Conclui-se que a experiência do autor-narrador é um fato migratório compreendido como uma mudança geográfica do sujeito, mas que não se explica sozinho. Sendo uma auto-biografia, o experimento só se relaciona com o processo migratório se encontrar relação com outras histórias de vida, em outras tendências reconhecidas do movimento migratório de brasileiros para os EUA. Sendo assim, a próxima seção dedica-se a estabelecer essas relações, com a comparação com outras histórias de vida e estudos correlatos.